

Cidadania e direitos humanos

Cidadania é o conjunto de direitos e deveres que fazem alguém membro pleno de uma comunidade política. E ela não é um estado: é uma conquista histórica, sempre em disputa e sempre incompleta.

As três gerações de direitos

GERAÇÃO	DIREITOS	EXIGE DO ESTADO
1ª — civis e políticos	vida, liberdade, propriedade, voto, expressão	abstenção: que não viole
2ª — sociais, econômicos e culturais	educação, saúde, trabalho, moradia, previdência	ação: que garanta
3ª — difusos e coletivos	meio ambiente, paz, patrimônio, autodeterminação	cooperação: pertencem à coletividade

A classificação é de T. H. Marshall, ampliada depois. Ela é útil porque mostra que “direito” não significa sempre a mesma exigência.

A cidadania brasileira e sua inversão

Na Europa, a sequência foi civis → políticos → sociais. No Brasil, José Murilo de Carvalho mostra que a ordem se inverteu: direitos sociais vieram primeiro, concedidos de cima (a CLT, em 1943, sob um governo autoritário), antes da consolidação dos direitos civis e políticos.

A consequência é uma cultura de direitos como **concessão** e não como conquista — e uma relação com o Estado que espera favor em vez de exigir direito. O conceito dele para isso é **estadania**.

É um dos melhores repertórios brasileiros para redação sobre cidadania — específico, verificável e explicativo.

A Declaração de 1948

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada pela ONU em 1948, depois da Segunda Guerra. Ela afirma que todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

Sua base filosófica é kantiana: a pessoa é fim em si mesma, e a dignidade não tem preço.

Cidadania na Constituição de 1988

- A cidadania e a dignidade da pessoa humana são **fundamentos** da República (art. 1º).
- O artigo 3º fixa os objetivos: sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza; promover o bem de todos sem preconceitos.
- O artigo 5º garante os direitos individuais; o 6º, os sociais.
- Instrumentos de participação direta: plebiscito, referendo, iniciativa popular.

A distância entre a lei e a vida

Ter direito escrito não é ter direito efetivado. É essa distância que quase todo tema de redação do ENEM aponta — e é por isso que a Constituição funciona tão bem como repertório de introdução.

A estrutura: a lei garante X; na prática brasileira, contudo, Y. O “contudo” é o que transforma citação em argumento.

COMO O ENEM COBRA

Cidadania e direitos humanos atravessam a prova inteira e são o pano de fundo de praticamente todo tema de redação.

A inversão brasileira descrita por José Murilo de Carvalho é repertório de alto nível e pouco usado.

ONDE SE PERDE PONTO

Reduzir cidadania a votar

Voto é um direito político entre muitos. Cidadania inclui direitos civis, sociais e coletivos — e o acesso efetivo a eles.

LEVE ISTO PARA A PROVA

- Três gerações: civis e políticos, sociais, difusos.
- No Brasil a ordem se inverteu — direitos sociais concedidos antes dos civis.
- A distância entre lei e prática é o que quase todo tema de redação aponta.